



O SILENCIAMENTO DA MULHER NEGRA NA HISTÓRIA E A LITERATURA como estratégia de recuperação desta voz

THE SILENCING OF BLACK WOMEN IN HISTORY AND LITERATURE as a strategy to recover their voices

EL SILENCIAMIENTO DE LA MULHER NEGRA EN LA HISTÓRIA Y LA LITERATURA como estrategia de recuperación de esta voz

Vanessa Neves Riambau Pinheiro¹

RESUMO: O propósito desta pesquisa é refletir acerca do fazer literário como estratégia de resistência ao silenciamento sofrido por mulheres negras desde a época colonial. A mulher, enquanto “Outro do homem” (BEAUVOIR, 2008) e a mulher negra em especial, enquanto “Outro do outro” (KILOMBA, 2019), sofreu com o apagamento histórico desde a colonização, tendo passado pelas mais diversas formas de violência e de opressão, algumas das quais perduram até os dias atuais. Para ilustrar nosso estudo, utilizaremos o livro *Cidadã de segunda classe*, da escritora nigeriana Buchi Emecheta (2018), e analisaremos as diferentes formas de opressão sofrida pela personagem; como base teórica nos valeremos de Bell Hooks (2019; 2018), Spivak (2010), Kilomba (2019), Morrison (2019) e Pollak (1989), entre outros autores.

Palavras-chave: apagamento histórico; Mulheres negras; Literatura nigeriana.

RESUMEN: El propósito de esta investigación es reflexionar sobre el hacer literario como una estrategia de resistencia al silencio sufrido por las mujeres negras desde la época colonial. La mujer, tomada como “El Otro del hombre” (BEAUVOIR, 2008) y la mujer negra en particular, que es

¹ Vanessa Neves Riambau Pinheiro é professora Associada na Universidade Federal da Paraíba, onde atua na graduação e na pós-graduação. Coordena o grupo de pesquisa GeÁfricas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3137-2328>. E-mail: vanessariambau@gmail.com.

considerada el “Outro del outro” (KILOMBA, 2019) sufrieron con el vaciado histórico desde la colonización, habiendo pasado por las más diversas formas de violencia y opresión, algunas de las cuales perduran hasta nuestros días. La investigación tendrá como base teórica Bell Hooks (2018; 2019), Spivack (2010), Kilomba (2019), Morrison (2019) y Pollak (1989), entre otros autores.

Palabras clave: vaciado histórico; Mujeres negras; Literatura nigeriana.

ABSTRACT: The aim of this research is to reflect upon the literary practice as a resistance strategy to the silencing faced by black women since colonial times. The woman, while "Another man" (BEAUVOIR, 2008) and the black woman in particular, while "Other of the other" (KILOMBA, 2019), have suffered from historical erasure since the colonization, and have been through various types of violence and oppression, some of which persist to this day. To illustrate our study, we will use the book *Citizen second class*, by the Nigerian writer Buchi Emecheta (2018), and analyze the different forms of oppression suffered by the character; as theoretical basis we used Bell Hooks (2019; 2018), Spivak (2010), Kilomba (2019), Morrison (2019) and Pollak (1989), among others.

Keywords: silencing faced; Black woman; Nigerian literature.

No primeiro capítulo do livro *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*, de Grada Kilomba (2019), a filósofa de origem portuguesa radicada em Berlim trata de um aspecto muito relevante para encetar as reflexões sobre as literaturas africanas de autoria feminina: a necessidade de existir uma voz que conte sua própria história e que reivindique seus direitos. Este tema já há muito é debatido nos Estudos Culturais, desde Spivak (2010) em *Pode o subalterno falar?* Na obra supracitada, a autora indiana assinala a existência de um projeto de “violência epistêmica” (2010, p. 47), executado desde o colonialismo, dedicado a reduzir o sujeito à condição obliterada e exótica de Outro. Barros (2019) amplia esta condição de Outro, destacando que o colonialismo não apenas procurou exotizar e inferiorizar o sujeito negro, mas principalmente promover a anulação completa e ontológica do sujeito negro.

À parte o misticismo da diferença racial, que imprimiu nos corpos negros uma tentativa de subordinação (...), existe essa crença, essa crença pegajosa em relação à cor, em relação a todo um continente epistêmico criado para *nadificar* aqueles que sempre estiveram no interior da produção, produzindo riquezas, mas foram dela alijados. (BARROS, 2019, p. 21, grifos do autor)

A categoria de “Outro” já tinha sido apontada pela filósofa Simone de Beauvoir (2008) como uma condição de subalternidade, no caso relegado à mulher. A pesquisadora francesa mostra a relação existente com a dialética senhor/escravo

de Hegel, na medida em que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar masculino. Este olhar confina o sujeito feminino num papel de submissão que comporta significações hierarquizadas dadas à mulher através deste olhar masculino. Porém, se para Simone de Beauvoir a mulher é o outro por não ter a reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba (2019), a mulher negra é o outro do outro, posição que a coloca num local de mais difícil correspondência. Por serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Segundo Djamila Ribeiro (2018), a mulher negra representa uma carência dupla, uma dupla alteridade, já que se trata de uma dupla antítese em relação aos padrões eurocêntricos de branquitude e masculinidade. Este conceito de subalternidade multiplicado atribuído à mulher negra já havia sido apontado por Spivak (2010):

“Pode o subalterno falar? O que a elite deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno? A questão da ‘mulher’ parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras.” (2010, p. 86). Em outro momento, a autora constata: “A mulher se encontra duplamente na obscuridade.” (2010, p. 70). A mulher negra, entretanto, parece estar ainda mais implicada neste processo de subordinação. “O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher-negra, pobre” como um item respeitoso na lista de prioridades globais.” (SPIVAK, 2010, p. 126)

Da mesma forma, Tony Morrison apontou a condição de Outro dos negros escravizados e da importância de se resgatar outras perspectivas da história: “As narrativas de escravizados, tanto escritas quanto orais, são vitais para compreender o processo de Outremização” (MORRISON, 2019, p. 48). Essa situação de invisibilidade aparece também numa epígrafe da introdução do livro de Kilomba (2019), do poeta de nacionalidade inglesa Jacob Sam-La Rose: “Por que escrevo? /Porque eu tenho de/ Porque minha voz, /em todos seus dialetos,/ tem sido calada por muito tempo.”

“Devemos acolher também toda recuperação de informação em áreas silenciadas”, diz-nos Spivak (2010, p. 86). Neste sentido, falar/escrever significa também recuperar a própria história, no sentido que Pollak atribui, ao classificar a memória coletiva (cunhada por Hallbachws) como opressora e tendenciosa e compreender que existe uma versão importante da história, a dos excluídos, que precisa urgentemente ser reabilitada. Segundo Djamila Ribeiro, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala

como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”. (RIBEIRO, 2017, p. 64). Ainda consoante este pensamento, Pollak complementa:

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional (POLLAK, 1992, p. 2).

Afinal, como bem afirmou Walter Benjamin (1985, p. 225), “nunca houve um documento da cultura que não fosse também um documento da barbárie. (...) Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se afasta, se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo”. A perspectiva de abordagem do sociólogo Michael Pollak dialoga não só com as perspectivas de Walter Benjamin (1985), como também com as de Adorno (1985), Agamben (2004) e Guinzburg (2008). O mesmo Pollak afirma que “a história está se transformando em histórias, histórias parciais e plurais, até mesmo sob o aspecto da cronologia” (1992, p. 209). Desse modo, ao contrário do historiador que busca representar o passado “tal qual ele foi”, o materialista histórico busca confrontar a ordem estabelecida pelo apagamento ou controle do passado por questões políticas ou ideológicas. Ginzburg (2008) reitera este pensamento ao afirmar que segmentos sociais excluídos por forças repressoras, muitas vezes, tiveram suas vivências relatadas por discursos oficiais de modos distorcidos, restritivos ou manipulados. Dessa maneira, vários grupos tiveram suas vivências ocultadas ou esquecidas. No mesmo sentido, Chimamanda Adichie (2009) alerta para o perigo “de uma história única”; de acordo com a escritora nigeriana, a história contada a partir de conceitos cristalizados cria estereótipos e não permite aos indivíduos conhecer outras perspectivas da narrativa. Ainda segundo a autora, como as histórias são contadas e quem as contam depende do lugar de poder ocupado. Poder, para Adichie, é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquele indivíduo. Rejeitar a histórica única é, portanto, possibilitar novos olhares e discursos.

Nessa perspectiva, a literatura possui um sentido de especial relevância, visto que ela cumpre o papel de auxiliar na fundamentação do imaginário social de toda uma comunidade. Anderson (1997), em *Comunidades imaginadas*, foi um dos que destacou o papel da literatura na formação da bacia semântica que compõe o imaginário das nações emergentes oriundas do pós-colonialismo. Bell Hooks (2019) retoma a escrita como uma forma de subversão da invisibilidade colonial, ao afirmar que a história pode “ser interrompida, apropriada e transformada através da prática artística e literária”. Também com o ato da escrita, o sujeito negro, e aqui nos referimos em especial à mulher negra, deixa de ser objeto para se tornar sujeito de sua própria história.

Ademais de ser silenciado e invisibilizado pela História por ser negro, a mulher negra é submetida a uma forma outra de expressar-se, por ser mulher. Bell Hooks (2019b), em *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra* falamos sobre a modalização do discurso feminino imposta pela sociedade patriarcal, que ela conceitua como “a fala correta da feminilidade”, que frequentemente não passava de um sussurro ao pé do ouvido ou de palavras ditas ao vento, que até podiam ser ouvidas, mas que não eram decodificadas por ninguém. Ainda segundo a autora (2019b, p. 33), o diálogo, como “fala compartilhada e reconhecimento” só acontecia entre mulheres negras. Entre elas, havia afinal a liberdade para rir, erguer a voz, falar o que se pensa sem precisar se adaptar aos padrões exigidos. Relata a autora que “Foi nesse mundo de falas de mulheres (...) que eu fiz da fala meu direito inato – e o direito à voz, à autoridade, um privilégio que não me seria negado. Foi naquele mundo e por causa dele que cheguei ao sonho da escrita, de escrever.” (Ibid.)

Neste sentido, pensar na fala feminina negra é também pensar em uma reivindicação por autonomia, bem como na necessidade de ressignificar a própria história a partir da vivência que são ou poderiam ter sido similares às suas, como nos explica Conceição Evaristo em seu conceito de escrevivência. Ou seja, indica a necessidade de subverter o epistemicídio cometido – tanto pelo colonialismo quanto pelo sistema patriarcal. Danny Laferrière (2012, p. 43), escritor haitiano, traz em um dos seus romances uma espécie de pirâmide social, metaforizada como relação sexual, na qual estão, em posição privilegiada, os homens brancos, que cobram de todos uma cega submissão; abaixo deles, encontram-se as mulheres brancas, seguidas pelos homens negros. Abaixo de todos os anteriores, na base da pirâmide, estão as mulheres negras, que socialmente são tratadas como credoras de todos os demais.

A fala, enquanto imperativo da subjetividade e da autonomia, aparece-nos já na obra *A tempestade* (2002), de Shakespeare, escrita no século XVII. Na trama, que por muitos é considerada icônica para se pensar nas relações entre colonizador e colonizado, temos o personagem Próspero, duque de Milão que planeja restaurar o poder para sua filha. O enredo se passa em uma ilha remota, onde Caliban, nativo escravizado por Próspero, resiste à dominação. O autóctone invisibilizado, então, aprende a língua do colonizador para se fazer ouvir por ele. E então ele grita, protesta, vocifera.

A metáfora expressada pela fala de Caliban evidencia o que foi confirmado pela linguística no século passado: o poder da linguagem. Desde o final da primeira metade do século XX, quando houve a chamada virada pragmática a partir das ideias de Paul Auster, passou-se a compreender a linguagem efetivamente como prática social e mesmo política, não apenas como a mera expressão dos pensamentos ou troca de informações. A linguagem tem este poder subversivo; neste sentido, é mister que as histórias que devam ser contadas agora são aquelas que foram silenciadas pelo poder dominante. Nessa direção também vai o pensamento da teoria da enunciação de Benveniste, que compreende a língua como um fenômeno essencialmente social, concebida no consenso coletivo. A subjetividade, para o teórico, só é possível no âmbito da linguagem. Segundo Benveniste (1991, p. 288), a subjetividade é entendida como “a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Essa proposição como sujeito tem como condição a linguagem. “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na sua realidade que é a do ser, o conceito de ego” (BENVENISTE, 1991, p. 288.)

Neste sentido, é ainda mais emblemático pensar no significado da máscara de Anastácia. A máscara de Anastácia foi um instrumento de opressão colonial; ademais, é uma metáfora icônica deste silenciamento imposto: trata-se de um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, era usada para evitar que os escravizados comessem cana-de-açúcar e cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função, segundo Kilomba (2019, p. 33) “era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento.”

A história da escravizada Anastácia (Pompeu, 12 de maio de 1740, data e local de morte incertos) é de uma personagem que virou alvo mesmo de devoção religiosa após sua morte. Entretanto, nem a existência dela é confirmada pelos estudiosos. No imaginário popular, Anastácia foi sentenciada a usar a máscara por um senhor de escravos despeitado com a recusa de Anastácia em manter relações sexuais com ele. A máscara era retirada apenas para que ela fizesse as refeições, e a escrava terminou por morrer de maus-tratos oriundos de agressão física, em data ignorada.

Outra versão relata que ela teria sido punida por um feitor que a surpreendeu ao comer um torrão de açúcar enquanto trabalhava na lavoura e, por causa dessa falta, ela fora condenada a usar a máscara até o fim dos seus dias. Porém, independentemente da razão que teria sido usada como pretexto para o castigo da escravizada, o fato é que ela foi silenciada e tolhida em sua capacidade de expressão, o que possui também uma dimensão ontológica. Ser punida por não se submeter ao assédio sexual do senhor a quem ela servia ou por ter experimentado o alimento que ela mesma cultivava demonstra o processo de assujeitamento a que eram submetidos os escravizados simplesmente por querer preservar seus direitos básicos de ser humano, como a alimentação e a posse do próprio corpo.

211

Figura 1 – “A máscara de Anastácia”



Extraída de Kilomba (2019).

Neste sentido, chegamos à obra *Cidadã de segunda classe* (2018), de Buchi Emecheta; este livro é um relato de si. O livro relata a Nigéria dos anos 60 e a luta da protagonista Adah contra a opressão patriarcal da sociedade africana. Neste contexto, a imigração para Londres torna-se a opção possível para conquistar uma vida mais independente para si e seus filhos. Entretanto, ao chegar no destino sonhado ela enfrenta desafios ainda mais duros do que os de sua terra natal. Além do racismo e da xenofobia, Adah também precisa lidar com a hostilidade de seus próprios compatriotas e com as diversas formas de opressão e violência vindas do marido.

Por mais que se trate de uma obra ficcional, não podemos ignorar o conteúdo biográfico ali existente. A própria autora relata em seu livro de memórias:

Como as verdades eram muito horríveis e eu suspeitava que alguns cínicos poderiam não acreditar em mim, decidi usar o nome africano ficcional Adah, que significa 'filha'. [...] não adiantou muito. As pessoas logo percebiam que a vida de Adah era mais de cinquenta por cento minha, [...] eu escrevi a história da minha vida como se fosse a de outra pessoa. Lendo meu primeiro romance 'In the ditch' anos mais tarde, eu percebi que usar o nome Adah em vez de Buchi deu ao livro uma espécie de distanciamento, o que lhe deu a impressão de ter sido escrito por um observador. Eu escrevia sobre mim como se estivesse de fora, observando meus amigos e companheiros de sofrimento como se eu não fosse um deles. (2018, p. 62-63, tradução de Rodolfo Moraes Farias)

O acesso à educação é negado às meninas porque o que se espera delas é que casem com o marido escolhido pelo pai e o dote sirva para pagar os gastos tidos até então. A luta da personagem pelo direito à voz começa muito cedo. Desde criança, aos 8 anos, quando tinha o sonho de estudar num contexto que desprestigia a educação das mulheres, e foi sozinha e escondida à escola. A família de Adah acabou se conformando com o fato dela estudar porque uma mulher com instrução valia mais e, portanto, o dote seria maior.

O casamento dela com Francis foi só um dos artifícios dos quais ela precisou usar para que pudesse realizar seu sonho de dar continuidade aos estudos. Nesse cenário, a estratégia para conquistar uma vida mais independente para si e seus filhos é a imigração para Londres. Nada foi fácil para a personagem: apesar de muito mais instruída do que seu marido, concordou que fosse ele para Londres, e ela ficaria na Nigéria com as crianças e sustentaria seu marido enquanto ele estivesse no exterior estudando. Apenas depois de certo tempo, Adah conseguiu convencer os sogros de que deveria se juntar a Francis. Mas a vida não melhorou como ela supunha.

Além de enfrentar racismo e xenofobia na Inglaterra, Adah enfrenta violência doméstica e autoritarismo dentro de casa. Akotirene (2018) descreve essa tendência à reprodução interna da opressão externa oriunda do racismo patriarcal e estruturada pelo colonialismo moderno. Bell Hooks (2019c), ao discorrer acerca do processo de libertação negra nos Estados Unidos, afirma que o patriarcalismo colonial foi herdado e disseminado pelo homem negro, que não raro silenciou suas vozes femininas mais expressivas. “A obra das mulheres negras que participaram do movimento *black power* dos anos 60 frequentemente era apropriada por homens

negros sem qualquer menção ou reconhecimento” (HOOKS, 2019c, p. 56). A opressão da mulher negra, portanto, passou das mãos do homem branco às do homem negro. A autora (2019c) menciona também que este conflito de gêneros, infelizmente, ainda é premente entre homens e mulheres negras, e que o movimento feminista contemporâneo não teve um impacto significativo sobre o pensamento político, social e cultural negro. Ainda de acordo com Hooks (2019c, p. 57), a continuidade dos costumes patriarcais – “na suposição de que a libertação negra seria o mesmo do que dar aos homens negros acesso ao privilégio masculino que os permitiria exercer seu poder sobre as mulheres negras” – foi uma das principais responsáveis por enfraquecer a luta racial.

A falta de voz da mulher negra na obra de Emecheta também aparece na figura da filha pequena de Adah, Titi: a menina, ao começar a estudar em uma escola londrina, emudece: algum tempo depois a mãe descobre que a menina não falava porque o pai a havia proibido de falar em iorubá e ela não sabia falar perfeitamente o inglês. Francis, o retrato típico de um nigeriano de mentalidade colonizada, catequizado e que inseria-se conscientemente na categoria de “cidadão de segunda classe”. Apesar de comportar-se como um homem africano inserido em um sistema patriarcal em quase todas as situações, não se importava de ser sustentado pela esposa.

O salário que Adah recebia no trabalho mal dava para pagar o aluguel, os estudos de Francis, as taxas de seus exames, comprar os livros dele e pagar a mulher que cuidava dos seus filhos. Sobrava pouco, de modo que Adah ficava impossibilitada de almoçar no trabalho. Em geral levava um ovo cozido para almoçar, em vez de comê-lo no café da manhã. (EMECHETA, 2018, p. 85)

Ao se tornar mãe de três crianças e depois de quase morrer no parto do último, Adah foi ao Centro de Planejamento Familiar informar-se sobre métodos contraceptivos e resolvera adotar o uso do diafragma. Entretanto, deparou-se com outro problema: seu marido teria que assinar uma autorização para que ela pudesse utilizar o contraceptivo. “Por que era preciso misturar o marido numa questão como aquela? Será que a mulher não podia ter a oportunidade de exercer a sua vontade?” (EMECHETA, 2018, p. 206). Adah conseguiu falsificar a assinatura do marido, que descobriu e a espancou. Algumas semanas depois, ela estava grávida de novo. No final da gestação, finalmente teve a coragem e de protestar para o marido, rompendo o ciclo de subalternidade e de opressão silenciosa: “De hoje em diante, se vire sozinho. Sei que os filhos são meus e que devo alimentá-los, mas você precisa

arrumar um emprego. Do contrário, só vai ter comida para meus filhos.” (EMECHETA, 2018, p. 231).

Então um velho sonho voltou à mente de Adah: escrever, ser ouvida, falar para o mundo, gritar! Ela então aproveitou sua licença-maternidade (agora sim usufruída como deve ser) e escreveu *O dote de esposa*. Dera o manuscrito para colegas da biblioteca lerem e eles a entusiasmaram muito a publicar. Ao pedir para que seu marido lesse o manuscrito, obteve uma recusa desdenhosa e posteriormente uma surpresa: chegou em casa e encontrou Francis sorrindo e queimando seu manuscrito. “Essa era a minha criação, o meu filho. Por que você me odeia tanto?” (EMECHETA, 2018, p. 246). Cabe aqui destacar a relevância deste fato: queimar os originais do livro de Adah é uma clara violência simbólica cujo significado é silenciar a voz dessa mulher que ousou usar a escrita para relatar uma história de sofrimento e de opressão.

Ao decidir separar-se e sair de onde vivia com o marido, Adah só pôde levar, após intervenção policial, alguma roupa das crianças. Cabe salientar que ela havia comprado absolutamente tudo, desde as cuecas do marido até as roupas dos filhos. Foi matratada, ameaçada e perseguida, mas decidiu seguir com sua vida. Levou consigo os cinco filhos que teve com Francis. Quando o ex-marido descobriu onde Adah vivia e a ameaçou, ela foi a um tribunal requerendo proteção. Não pediu pensão nem nada, queria apenas poder criar seus filhos em paz. Entretanto, surpreendeu-se com a alegação do tribunal de que deveria receber pensão de Francis. Este então alegou que os filhos não eram dele, que nunca haviam sido casados e sugeriu que as crianças fossem entregues para adoção.

Adah resolve continuar a criar seus filhos sozinha, sem o auxílio do pai nem de ninguém. Percebemos, então, durante toda a narrativa, diversas formas de silenciamento oriundas da dominação – se não colonial, masculina – que a oprimiu durante tantos anos. A opressão – tal como a máscara de Anastácia, fere e oprime – e a liberdade não foi um processo rápido nem indolor, mas é necessário. Consoante Morrison (2019), o apagamento do sujeito em condição de subalternidade não tem finalidade meramente simbólica: delimita fronteiras de poder. A literatura aparece, então, como estratégia de visibilidade e de manifestação desta voz silenciada. A literatura também cumpre a função de dar visibilidade e proporcionar o protagonismo negro na História. Nesse sentido, Conceição Evaristo explicita na série *Cadernos Negros*: “Escrever é dar movimento à dança-canto que

meu corpo não executa. A poesia é a senha que invento para poder acessar o mundo” (2004, p. 35).

Assim, concordamos com Bell Hooks (2018, p. 38-39) quando esta afirma que fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão da transição de objeto para sujeito.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Erika Rodrigues. Revisão de Belucio Haibara. Nova York: TED, 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br Acesso em: 17 abr. 2020.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. *O Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura – obras escolhidas, volume I. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 198

BENVENISTE, Émile. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: *Problemas de Lingüística Geral* I. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991.

CADERNOS NEGROS 25: *poemas afro-brasileiros*. (Org. Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa). São Paulo: Quilombhoje, 2004, n.25. Disponível em: <https://docobook.com/literatura-afro-brasileira-algumas-reflexoes-a.html> Acesso em: 16 abr. 2020.

EMECHETA, Buchi. *Cidadã de segunda classe*. Porto Alegre: Dublinense, 2018.

GINZBURG, Jaime. Literatura e direitos humanos: notas sobre um campo de debates. In: UMBACH, R. K. (Org.). *Memórias da repressão*. Santa Maria: UFSM/PPGL-Editores, 2008, p. 18.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019b.

HOOKS, Bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante, 2019c.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAFERRIÈRE, Danny. *Como fazer amor com um negro sem se cansar*. São Paulo: Editora 34, 2012.

MORRISSON, Toni. *A origem dos outros: seis ensaios sobre racismo e literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SHAKESPEARE, William. *A tempestade*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

217

Artigo Recebido em: 10 de fevereiro de 2021.

Artigo Aprovado em: 05 de junho de 2021.

